SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 9 de maio de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO
Controle da inflação é foco de emergentes 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Argentina aumenta barreiras contra o Brasil 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO
ALTA DE CUSTOS NA CHINA ENCERRA ERA DE PRODUTOS BARATOS..... 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP
Inflação está acima da meta, mas só perderá força a partir de setembro 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP
GOVERNOQUER ACORDO COM ESTADOS SOBRE ENERGIA 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA
Fortalecimento da Indústria e do Comércio em Manaus acirra a busca por bons profissionais 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Controle da inflação é foco de emergentes

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Jamil Chade - O Estado de S.Paulo

Governos de países emergentes mudam suas prioridades e, três anos depois da crise financeira internacional, trocam políticas de crescimento por políticas de controle de inflação. A transformação segue a linha das recomendações do BIS de abandonar momentaneamente as políticas de promoção do crescimento.

Na Ásia, a tolerância com a inflação foi alta durante os últimos dois anos, em uma decisão de que incentivar o crescimento era a prioridade.

Agora, BCs revertem essa tendência e a percepção é de que novos estímulos ao crescimento teriam efeitos negativos. "Qualquer tentativa de elevar as taxas de expansão do **PIB** acima de seu potencial apenas levarão a maior inflação, mas não gerarão nem um crescimento durável nem ganhos na criação de postos de trabalho", afirmou Kaushik Basu, conselheiro do **Ministério** das Finanças da Índia, na sexta-feira.

Ele admite que, no curto prazo, cortar a inflação pode ter um impacto negativo para o crescimento. Mas essa seria a única forma de promover um crescimento sustentável. "A economia indiana está operando no limite de sua capacidade. Não acho que devemos buscar um crescimento maior, sacrificando a inflação."

Na Coreia do Sul, uma avaliação do governo admitiu que a economia enfrenta uma "persistente" inflação, mesmo diante das medidas de controle. Em abril, a taxa de inflação foi de 4,7%, no quarto mês consecutivo de alta gerado pela elevação nos preços de commodities agrícolas e petróleo. Assim como ocorreu na Índia, o governo de Seul mudou sua prioridade. No lugar de promover o crescimento da economia, passou a focar no controle da inflação.

Multa. Na China, o governo chegou a punir empresas que estejam "incentivando" os temores inflacionários. A Unilever foi multada em US$ 300 mil por espalhar informações sobre a alta nos preços. Pequim registrou no mês de março uma inflação de 5,4%, a maior em 32 meses. A alta havia sido gerada por um aumento de 11% nos preços de alimentos. O governo anunciou que o controle da inflação passou a ser prioridade e, desde outubro, elevou a taxa de juros quatro vezes.

Politicamente, a inflação é considerada como uma ameaça na China, já que poderia minar os ganhos econômicos para a classe média, que acaba sendo a base de sustentação política do governo. Pequim estabeleceu que empresas estão proibidas em falar em público sobre a inflação. As autoridades temem que isso leve a um espiral, aprofundando a crise. Na avaliação do Banco Mundial, a inflação na China em 2011 ficará em 5%.

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Argentina aumenta barreiras contra o Brasil

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Quase um quarto das exportações brasileiras para o país é alvo de restrição; no ano passado, as medidas protecionistas atingiram 13,5% das vendas

Ariel Palacios - O Estado de S.Paulo

O governo da presidente Cristina Kirchner aplica uma saraivada de medidas protecionistas que restringem ou atrasam a entrada de produtos brasileiros no **mercado** argentino. Segundo a consultoria portenha Abeceb, do total de **exporta**ções realizadas pelo **Brasil** para a Argentina, 23,9% são alvo de barreiras - quase um quarto do total das vendas.

A proporção indica um salto em relação ao ano passado, quando as medidas protecionistas atingiam 13,5% dos produtos Made in Brazil destinados a Argentina. Assustado com o crescente superávit brasileiro, o governo Kirchner costuma argumentar que as medidas protegem a indústria nacional das "assimetrias". De janeiro a abril, o **Brasil** acumula saldo positivo de US$ 1,33 bilhão com a Argentina. A previsão da consultoria Abeceb é que o superávit chegue a US$ 6,5 bilhões este ano.

Nos últimos doze meses, o governo argentino dificultou a entrada de eletrodomésticos, chocolates e máquinas agrícolas; aplicou valores critério (preço mínimo) para a **importa**ção de bidês e vasos sanitários; e tomou medidas adicionais de segurança para brinquedos. Já constavam da lista de restrições de anos anteriores autopeças, material de transporte, calçados, toalhas. De quebra, pairam ameaças sobre as vendas de carne suína.

A situação preocupa o Brasil, que estuda uma retaliação para breve. Segundo fontes do governo, "não adianta conversar com os argentinos". O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, esteve em Buenos Aires em fevereiro e voltou com o compromisso de que os produtos brasileiros seriam excluídos das barreiras. Mas as promessas não foram cumpridas, o que irritou um dos auxiliares mais próximos da presidente Dilma Rousseff.

Os argentinos estão utilizando um amplo leque de instrumentos protecionistas, que afetam 921 posições alfandegárias. As licenças não-automáticas são as mais **importa**ntes e prejudicam 18,7% das vendas brasileiras para a Argentina. Os acordos de **monitor**amento firmados entre os setores impactam 4,2% das **exporta**ções. Em seguida, vem os valores critérios (uma espécie de preço mínimo) com 3,7%. As taxas antidumping atingem 0,7% dos produtos brasileiros, enquanto os compromissos de preços englobam 0,5%.

Veículos. Enquanto o governo Kirchner aplica barreiras contra produtos brasileiros, na contramão, o setor automotivo argentino está sendo beneficiado pelas **exporta**ções de veículos fabricados na Argentina e **exporta**dos para o Brasil. Isso é o que indicam os dados da Associação de Fabricantes de Automóveis (Adefa), que sustenta que do total de 72.432 automóveis que saíram das linhas argentinas de **produção** em abril, 58,3% foram destinadas à **exporta**ção. Deste total, o **Brasil** absorveu 82%.

A dependência argentina das vendas para o **Brasil** é significativa em algumas províncias, onde, a cada medida protecionista emitida pelo **Governo Federal** argentino, surgem temores de retaliações brasileiras. Esse é o caso de Córdoba, província que destina ao **Brasil** 25% do total de suas **exporta**ções.

Para Raúl Ochoa, economista e ex-secretário do **Comércio** da Argentina, o governo Dilma terá menos "paciência estratégica" com a Argentina. "Comparado com o governo **Lula** será menos paciente, já que a Argentina, em vez de dar sinais de reduzir as barreiras, cada vez cria mais medidas.

VEÍCULO
VALOR ECONÔMICO

EDITORIA

TÍTULO

ALTA DE CUSTOS NA CHINA ENCERRA ERA DE PRODUTOS BARATOS

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Shai Oster | The Wall Street Journal, de Hong Kong

Os salários começaram a subir na China, no que pode ser o fim da era dos produtos baratos.

Nos últimos 30 anos, os clientes pediam a William Fung, diretor-gerente de uma das maiores empresas de terceirização de **produção** industrial do mundo, para fabricar seus produtos - fossem eles camisetas, calças jeans ou louças - a preços sempre menores. Graças ao aparentemente ilimitado número de trabalhadores chineses, geralmente ele conseguia.

Agora o chefe da empresa Li & Fung diz que as coisas estão mudando. O salário de dezenas de milhares de empregados indiretos de sua firma, sediada em Hong Kong, está subindo: ele prevê que os salários da China vão subir 80% nos próximos cinco anos. Isso significa que os preços da Li & Fung também vão subir.

"O que teremos nos próximos 30 anos é inflação", disse Fung. "Muitos gerentes de empresas de países ricos nunca tiveram de enfrentar inflação."

A questão deve pairar nas negociações de hoje entre líderes chineses e americanos em Washington, na conferência anual Diálogo Estratégico e Econômico. Os problemas com câmbio e endividamento devem dominar as discussões. Mas também há sinais de que o baixo custo trabalhista - e a moeda desvalorizada -

responsável pelo superávit gigantesco da China com os Estados Unidos está perto de mudar. Isso ocorre também em meio à pressão por salários maiores causada pelo envelhecimento da população economicamente ativa da China.

Há décadas que a abundância de trabalhadores chineses mantém baixo o custo dos produtos comprados pelo resto do mundo. Mesmo quando os políticos em Washington acusavam a China de destruir o setor industrial americano, aparelhos de DVD, churrasqueiras e casacos baratos eram um consolo para os consumidores que se acostumaram a pagar cada vez menos. A China também manteve o valor de sua moeda baixo, o que dá aos seus **exporta**dores uma vantagem.

"A inflação tem sido coibida substancialmente nos EUA porque o país exportou trabalho para a China e outros lugares a 20% ou 30% do custo", disse Hal Sirkin, consultor da Boston Consulting Group. Agora acabou essa era de reduções consideráveis nos custos, prevê a firma.

A Li & Fung atribui o início da alta nos salários ao "efeito Foxconn". Foxconn é o nome fantasia da Hon Hai Precision Industry, empresa que fabrica o iPad para a Apple e os computadores para a Hewlett-Packard, entre outras empresas. Depois que uma série de suicídios de operários no ano passado em uma de suas fábricas na China levou a Foxconn a defender a maneira como trata os empregados, a empresa reajustou os salários em 30% ou mais para tentar melhorar as condições de vida.

Desde então o governo chinês vem apoiando os aumentos de salários no país, em parte para diminuir os conflitos trabalhistas, mas também para impulsionar o consumo doméstico e diminuir a dependência das **exporta**ções, expandindo assim a economia. A alta nos salários afeta tanto as empresas estrangeiras como as nacionais.

Outros fatores além da alta dos salários estão impulsionando o preço dos produtos. Um deles é que os trabalhadores chineses estão começando a consumir mais com seus salários maiores. Isso contribui para a

alta de commodities como algodão e petróleo, que já estavam subindo, em parte, por causa da desvalorização do **dólar**. A melhora do padrão de vida em países em **desenvolvimento** como a China manterá alto o preço dos recursos naturais cuja demanda supera a oferta.

A decisão chinesa de permitir uma lenta valorização do yuan - algo buscado ansiosamente por seus parceiros comerciais nos países ricos - alimenta ainda mais esse incêndio. O yuan forte barateia as **importa**ções chinesas das matérias-primas de que o país necessita, como ferro e soja, ajudando a suavizar a inflação nacional. Mas isso também encarece as suas **exporta**ções para os outros países.

"É correta essa ideia de que passamos de uma era de deflação benigna para uma de inflação", disse Jeffrey Sachs, economista e diretor do Instituto Terra, na Universidade Columbia, de Nova York.

Durante os 30 anos de crescimento econômico da China, centenas de milhões de empregos urbanos e industriais sugaram o excesso de mão de obra rural. Mas, nos últimos três ou quatro anos, essa fonte de mão de obra foi exaurida, diz ele.

Muitos analistas preveem que a vasta mão de obra chinesa vai começar a cair em um ou dois anos, devido às políticas nacionais de planejamento familiar. Outros dizem que já há escassez entre os operários mais ativos nas fábricas, entre 15 e 34 anos. Esse grupo vem caindo gradualmente desde 2007, segundo Jun Ma, economista-chefe do Deutsche Bank para China e Hong Kong.

A China ainda tem mão de obra barata no interior, longe das já desenvolvidas cidades costeiras, e ganhos com produtividade podem mitigar a alta dos salários. Um exemplo é a própria Foxconn, que anunciou a expansão de suas operações para regiões interioranas perto de Chendgu, Wuhan e Zhengzhou, longe de sua base costeira. A Li & Fung está incentivando seus fornecedores a investir mais nas fábricas para aumentar a produtividade dos trabalhadores e melhorar a qualidade dos produtos.

Mas há um limite para o que pode ser obtido com essas medidas. Alguns analistas dizem que a alta dos salários vai ultrapassar drasticamente qualquer ganho de produtividade. Mudar para o interior permite salários menores, mas também eleva o custo do transporte nos lotados aeroportos e rodovias da China, além de deixar as fábricas mais bem posicionadas para atender ao **mercado** interno crescente do país, em vez de **exporta**r a **produção**.

Diante dos salários crescentes na China, algumas empresas estão transferindo seus recursos para outros lugares, para tentar manter o custo baixo. A Yue Yuen Industrial (Holdings), maior fabricante de sapatos do mundo, começou a transferir a **produção** de sapatos baratos da China para países como Bangladesh e Camboja. A Li & Fung foi contratada por uma **importa**nte marca chinesa de tênis, a Li Ning, para ajudá-la a achar locais fora da China onde produzir mais barato.

Mas a diferença de salário entre a China e os outros países em **desenvolvimento** vai diminuir, disse Fung, ecoando a previsão da Boston Consulting Group, porque a "China era quem mantinha os preços baixos", diz ele. "A China era o padrão. Com o preço da China subindo, todo mundo vai querer aumentar os preços."

À medida que as fábricas forem transferidas para outros países, os salários locais vão aumentar mais rapidamente que na China porque a mão de obra disponível nesses locais é menor. Além disso, como nenhum outro país pode imitar a escala gigantesca da China, a logística passará a ser uma fatia maior dos custos, já que as empresas serão forçadas a dividir a **produção** em vários países, dizem analistas.

"As coisas ficarão mais caras e as pessoas vão comprar menos", alerta Fung. Isso significa que os

países ricos terão de adotar novas tendências de consumo.

VEÍCULO
BRASIL ECONÔMICO-SP

EDITORIA

TÍTULO

Inflação está acima da meta, mas só perderá força a partir de setembro

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Inflação perde força em setembro

IPCA rompe teto da meta em abril, deve chegar a 7% em agosto e desacelerar a partir do terceiro trimestre

Eva Rodrigues

A inflação mensal medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, deixou para trás os patamares próximos a 0,80% no mês de abril, quando registrou alta de 0,77%, e a partir de maio deve caminhar em níveis entre 0,40%e 0,50%. A visão é unânime entre os analistas ouvidos pelo **Brasil** ECONÔMICO e encontra sintonia na fala do ministro da Fazenda Guido Mantega: "Estamos no chamado ponto de inflexão, ou seja, revertendo, num momento em que muda a inflação para baixo". Já o indicador acumulado em 12 meses continuará em deterioração até pelo menos o mês de agosto, quando deve ultrapassar a casa dos 7%. No mês de maio, o grande vilão de abril — transportes, com alta de 1,57%, comcontribuição especial de combustíveis (alta de 6,53%) — já não estará presente. "As altas de tarifas de transportes já aconteceram e a oferta de etanol vai aumentar com a safra", diz o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves. A inflação de serviços dá mostras de menor pressão. A alta de 8,57% em 12 meses até abril foi apenas 0,04 ponto percentual maior que a de março. "O item serviços vinha crescendo em torno de 0,50 ponto percentual ao mês e nos últimos dois meses mostrou desaceleração — se ficar no nível atual já é bom", pondera Gonçalves. Com relação a alimentos, a perspectiva também é boa no curto prazo. Segundo a economista do Santander, Tatiana Pinheiro, o movimento das commodities aparece com um mês de defasagem no IPCA. "Os preços de commodities caíram no mês de abril e vão aparecer no IPCA de maio. Se se esse movimento continuar, o efeito deve durar alguns meses no indicador." As medidas de núcleos, que excluem os itens mais voláteis, mostraram pouca desaceleração no mês, mas o índice de difusão (mede a quantidade de itens em alta) caiu de 68,2% em março para 59,4% em abril, segundo elaboração da Rosenberg & Associados. "Este é o menor índice de difusão desde agosto do ano passado, quando a inflação foi de 0,04%. Assim, as perspectivas para o próximo mês são mais favoráveis", aponta a consultoria em relatório.

Sazonalidade

Sazonalmente, as pressões de preços são menores a partir do final do segundo trimestre em função de fatores como a safra de grãos, o clima seco que favorece as lavouras curtas e menos reajustes de preços administrados. "Teremos inflação bem menor entre maio e julho, um pouco maior a partir de setembro mas que não vai chegar ao nível de 0,80% por- que teremos os efeitos do aperto monetário em andamento", avalia Tatiana Pinheiro. A economista do Santander ainda projeta IPCA de 6,1% em 2011, mas considera grande o risco de que o indicador termine o ano acima do teto da meta (6,5%). "A **produção** industrial de março veio boa, as vendas do varejo de março devem mostrar alta. Ou seja, hoje temos um cenário em que o nível de atividade parece bem aquecido e esse risco (de inflação acima dameta) é grande."

Banco Central

A mudança de ênfase no discurso do Banco Central, com mais foco em alta de juros e menos no uso de medidas macroprudenciais, foi destacada pelo economista do West LB, Roberto Padovani. "A autoridade monetária não disse que vai deixar de lado asmedidas macroprudenciais,mas reconheceu que a ênfase dada a esse instrumento vai ser menor. A meu ver, o Banco Central percebeu que a comunicação feita pelo instrumento macroprudencial é ruim porque não dá para calcular direito os efeitos."

VEÍCULO
BRASIL ECONÔMICO-SP

EDITORIA

TÍTULO

GOVERNOQUER ACORDO COM ESTADOS SOBRE ENERGIA

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Proposta é de corte de tributos, pleito da indústria encampado pela presidente Dilma. Hoje, 50%da arrecadação de ICMS vem do setor elétrico, telefonia e combustíveis Simone Cavalcanti, de Brasília e Ruy Barata Neto

O **Governo Federal** está disposto a abrir mão de tributos que incidem sobre a energia elétrica desde que haja um amplo engajamento dos estados nesse mesmo sentido. A ideia é construir uma proposta conjunta para reduzir alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - atualmente em9,25% - e do Imposto sobre Circulação de **Mercado**rias e Serviços (**ICMS**), que pode chegar a30%emalguns estados.

A diminuição dos encargos é um pleito do setor industrial que foi encampado pela presidente Dilma Rousseff. Mas a equipe econômica está ciente da dificuldade dos estados, já que 50% da arrecadação de **ICMS** vem de energia, telefonia e combustíveis. Por se tratar de umamudança estrutural, a solução pode sair em prazo maior do que esperam industriais e consumidores. "Isso é uma coisa de 40 anos, não se resolve rapidamente", diz uma fonte envolvida no projeto.

A razão é que não seria possível sair do sistema atual comuma mudança radical, mas a discussão tempressa e precisa começar agora, afinal, os preços da energia influenciam bastante a competitividade da indústria brasileira. Segundo o interlocutor, o que deve demorar mesmo é a costura do acordo com os estados, já que trata-se deuma condição imposta pela presidente Dilma Rousseff. "O recuo das alíquotas federais só ocorrerão dentro de um grande acordo de redução geral".

Caso a caso

Mas o secretário de energia do governo de São Paulo, José Aníbal, diz que a negociação com os estados precisa ser feita caso a caso, de acordo com a situação de cada um, e, não, de forma generalizada.

Empossado na última sextafeira presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia (FNSE), Aníbal diz que a maior parte dos encargos sobre energia vem do **Governo Federal**. Ele afirma que o estado de São Paulo, por exemplo, tem uma das tarifas de energia mais baixas do país. "Nosso quilowatt por hora é, na média, um dos mais baratos do país", disse ele.

A incidência do **ICMS** na energia comercial e industrial é de 18%. o Paraná, o percentual sobe para 27% e no Rio de Janeiro chega a variar entre 19% e 30%. Segundo o secretário, do custo total da energia no Brasil, 26% vem da compra em si, 6% da transmissão e 20% da distribuição. Os tributos representam 39%, sendo que apenas dos encargos federais são 14%.Como presidente do FNSE, Aníbal diz que buscará mobilizar os parlamentares na Câmara e no Senado em torno do tema.

Reforma tributária

Aredução do custo de energia faz parte de uma agenda de reforma tributária voltada para a redução do custo Brasil. Trata-se damesma fórmula que o governo começa a discutir para outros insumos da **produção**, como aço e etroquímicos. Apesar de ainda não ter aberto as conversas com os estados, dentro do **Ministério** da Fazenda a ação pró-desoneração vem ganhado corpo. Ao ouvir de empresários que o olhar para a diminuição do preço desses insumos é fundamental, o ministro Guido Mantega mandou criar grupos internos de trabalho para avaliar a situação e abrir discussões periódicas com o setor produtivo. O

governo estabeleceu cronograma para tratar a questão tributária com velocidades distintas.

A prioridade é acabar o mais rápido com os benefícios fiscais que alguns estados concedem nas **importa**ções. Este é considerado o maior risco à competitividade no momento.

A proposta é reduzir, gradualmente, a alíquota interestadual sobre transações de **mercado**rias vindas do exterior e está em discussão no Senado. Resta agora enviar ao Congresso o projeto para desoneração da folha de pagamentos, a ampliação do limite de enquadramento para o Supersimples e a devolução dos créditos para **exporta**ções e investimentos.

IMPOSTOS 39% é a carga de tributos que incide sobre o custo final da energia, segundo o secretário de Energia José Aníbal.

Só o Governo Federal demanda 14% destes encargos.

RIO DE JANEIRO 30% é a alíquota de **ICMS** sobre o preço da energia industrial no estado carioca, que é maior do que em São Paulo.

SÃO PAULO 18% é a alíquota de **ICMS** tanto para a energia comercial quanto para a indústria no estado.

VEÍCULO
PORTAL A CRÍTICA

EDITORIA

TÍTULO

Fortalecimento da Indústria e do Comércio em Manaus acirra a busca por bons profissionais

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Esse cenário vem provocando uma grande procura por profissionais de saúde ocupacional, sejam técnicos, enfermeiros ou médicos

Manaus, 09 de Maio de 2011

Joubert Lima

Com o maior aporte de investimentos na Zona Franca de Manaus, cresce a atividade produtiva e o comércio também se fortalece.

Esse cenário vem provocando uma grande procura por profissionais de saúde ocupacional, sejam técnicos, enfermeiros ou médicos. Atenta a essa demanda, a Federação do **Comércio** do Estado do **Amazonas** (Fe**comércio**) firmou parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) para promover o curso de biossegurança e uma oficina de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

O curso de biossegurança é direcionado a profissionais de saúde, mas a oficina de PPP é aberta a pessoas com Ensino Médio completo que ainda não decidiram que carreira seguir.

O PPP é um documento com informações detalhadas sobre o histórico laboral do trabalhador, suas atividades, exposição a riscos, resultado de exames médicos, entre outras informações. A oficina sobre o assunto propiciará uma noção bastante ampla sobre a área de saúde ocupacional. O evento é ideal para jovens mas também é uma ótima oportunidade para profissionais e até empresários.

A oficina será realizada nos dias dias 30 e 31 de maio, das 18 às 22h, com carga horária de 8 horas. Para participar, é preciso ter mais de 18 anos, e Ensino Médio completo. As inscrições podem ser feitas na sede da Fe**comércio**, que fica na rua São Luís, 555 – Adrianópolis, no horário das 08h30 às 17h30.

A taxa de inscrição é de R$ 50. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3234-5222, ramal 224; falar com a coordenadora do Departamento de Saúde Ocupacional da Fe**comércio**, enfermeira Fabiana Paula.

Boa remuneração

Quem gosta de Enfermagem, mas também tem uma queda por Administração tem tudo para ser um ótimo enfermeiro do trabalho. Essa foi a opção de Fabiana Paula, e ela se diz plenamente satisfeita. "É uma carreira um pouco diferente, uma vertente muito interessante", diz a enfermeira.

O salário médio de um enfermeiro do trabalho gira em torno de R$ 3,5 mil. Já o técnico em segurança do trabalho, por determinação sindical, tem o piso salarial fixado em R$ 1,8 mil, que é o valor mais praticado em **Manaus**.

Curso tem vagas limitadas

O curso de Biossegurança promovido pela Fe**comércio** em parceria com o Senac será realizado de 23 a 27 de maio, de 18h às 22h. A carga horária é de 20 horas.

Profissionais e estudantes da área de Saúde terão a oportunidade de atualizar seus conhecimentos a respeito de temas como noções de DST e Aids, formas de prevenção, riscos ambientais em instituições de saúde, procedimentos em caso de acidente de trabalho, entre outros.

Haverá parte prática em nível hospitalar.

O curso será ministrado no prédio anexo do Senac, na rua Saldanha Marinho, Centro. Quem quiser participar precisa se apressar, são apenas 20 vagas. A taxa de inscrição é de R$ 110.

Saúde e Segurança no Trabalho são questão que preocupam cada vez mais empresas e instituições. Nesta quarta-feira, dia 11, **Suframa** e **Ministério** Público do Trabalho (MPT) realizam o seminário "Saúde e Segurança do trabalhador no Polo Industrial de **Manaus**".

Mercado aberto

Segundo o **Ministério** Público do Trabalho (MPT), 30% dos trabalhadores do **PIM** tem alguma doença ocupacional ou sofreu acidente de trabalho. O aumento da pressão sobre as empresas aumenta a demanda por profissionais.

Saiba onde estudar

O Instituto Federal de Educação Tecnológica do **Amazonas** (Ifam) mantém o Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho na capital e em Coari. Informações pelo telefone 3621-6700 e no site www.ifam.edu.br

Outra opção para estudantes de nível médio é o Curso Técnico em Segurança do Trabalho da **Fucapi**. Informações pelo telefone 2127-3165/3110 e no portal.**Fucapi**.edu.br/medio-e-tecnico.

O Centro Universitário do Norte (Uninorte) tem um curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho com duração de 15 meses. Mais informações pelo telefone 3212-5090 e no site www.uninorte.com.br.

O Centro Universitário Nilton Lins (UniNilton Lins) mantém um curso superior de tecnologia em Segurança do Trabalho. Informações pelo telefone 3643-2000 e no site www.niltonlins.br.

O Cetam também oferece o curso técnico de Saúde e Segurança do Trabalho. Informações no site www.cetam.am.gov.br.